



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS - ESPANHOL**

JOILMA JOSE ALVES DA SILVA

**Atuação da APEEPB na luta pela garantia do ensino de espanhol nos
municípios paraibanos.**

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

JOILMA JOSE ALVES DA SILVA

Atuação da APEEPB na luta pela garantia do ensino de espanhol nos municípios paraibanos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Letras espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Letras espanhol.

Área de concentração: Políticas linguísticas.

Orientador: Prof. Luanda Calado de Santana

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Joilma José Alves da.

Atuação da APEEPB na luta pela garantia do ensino de espanhol nos municípios paraibanos [manuscrito] / Joilma José Alves da Silva. - 2022.

21 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Espanhol) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Profa. Esp. Luanda Calado de Santana, Coordenação do Curso de Letras Espanhol - CEDUC. "

1. Ensino de língua espanhola. 2. Legislação. 3. Políticas educacionais. I. Título

21. ed. CDD 372.6561

JOILMA JOSE ALVES DA SILVA

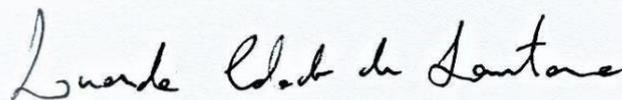
Atuação da APEEPB na luta pela garantia do ensino de espanhol nos municípios paraibanos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Letras espanhol da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de graduação em Letras espanhol.

Área de concentração: Políticas linguísticas.

Aprovada em: 13/12/2022.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Luanda Calado de Santana (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Me. Isabela Cristina Tavares da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Esp. Kaio César Pinheiro da Silva
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

À minha família e cada amigo que me incentivou, DEDICO.

“Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. por isso aprendemos sempre.”

Paulo Freire

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Mapa dos municípios que já tem lei aprovada e em trâmite
Figura 2 – Breve diálogo com o professor, membro da APEEPB, José Felipe

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALPB – Assembleia Legislativa da Paraíba.
APEEPB – Associação dos professores de espanhol da Paraíba.
BNCC – Base Nacional Comum Curricular.
CCJ – Comissão Constituição de Justiça e cidadania.
EAD – Educação a distância.
EJA – Educação para Jovens e Adultos.
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação.
MEC – Ministério da Educação e Cultura.
MERCOSUL – Mercado comum do Sul.
PSB – Partido Socialista Brasileiro.
PT/PE – Partido dos Trabalhadores do estado de Pernambuco.
RJ – Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

| | | |
|--------------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 9 |
| 2 | BREVE PERCURSO DO ENSINO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL: O ENSINO DE ELE NA PARAÍBA..... | 10 |
| 2.1 | ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO DE ESPANHOL DA PARAÍBA (APEEPB)..... | 12 |
| 2.1.1 | Lei estadual nº 11.191/2018..... | 13 |
| 2.1.2 | Lei do espanhol na cidade de Areial (nº 321/2017) | 14 |
| 3 | METODOLOGIA | 17 |
| 4 | CONCLUSÃO | 18 |
| 5 | REFERÊNCIAS..... | 19 |
| 6 | AGRADECIMENTOS..... | 20 |
| 7 | ANEXOS..... | 20 |

Atuação da APEEPB na luta pelo ensino de espanhol nos municípios paraibanos.

Joilma Jose Alves da Silva ¹

RESUMO

A língua espanhola é uma das três línguas mais falada no mundo. Na América do Sul é a língua que predomina a maioria dos países. No entanto, contraditoriamente, o Brasil enfrenta um sério problema quanto a aceitação da língua espanhola enquanto L2, visto que a segunda língua obrigatória oferecida nas escolas no país é a língua inglesa. O ensino de espanhol no Brasil tem sofrido altos e baixos desde o século XIX, nunca conseguimos consolidar, de fato, o ensino da língua espanhola. Atualmente, professores representantes dos movimentos de educação em prol da implantação do ensino de espanhol têm enfrentado uma constante batalha junto a representantes parlamentares para conseguir aprovação de leis que obriguem o ensino de espanhol nas escolas do nosso país. O professor Jair Ibiapino da cidade de Areial tem um papel muito importante nessa luta, pois foi através de uma iniciativa popular de autoria do professor Ibiapino, que conseguimos a aprovação da primeira lei de espanhol no estado da Paraíba, na cidade de Areial.

Palavras-Chave: Ensino de língua espanhola. Legislação. Políticas educacionais.

Resumen

La lengua española es una de las tres lenguas más habladas en el mundo. En América del Sur es la lengua que predomina en la mayoría de los países. Sin embargo, contradictoriamente, Brasil enfrenta un serio problema en cuanto a la aceptación de la lengua española como L2, ya que la segunda lengua obligatoria ofrecida en las escuelas en el país es la lengua inglesa. La enseñanza de español en Brasil ha sufrido altibajos desde el siglo XIX, nunca logramos consolidar, de hecho, la enseñanza de la lengua española. Actualmente, profesores representantes de los movimientos de educación en prol de la implantación de la enseñanza de español han enfrentado una constante batalla junto a representantes parlamentarios para conseguir aprobación de leyes que obliguen la enseñanza de español en las escuelas de nuestro país. El profesor Jair Ibiapino de la ciudad de Areial tiene un papel muy importante en esa lucha, pues fue a través de una iniciativa popular de autoría del profesor Ibiapino, que conseguimos la aprobación de la primera ley de español en el estado de Paraíba, en la ciudad de Areial.

Palabras clave: Enseñanza de lengua española. Legislación. Políticas educativas.

¹ Graduanda do curso de Letras – Espanhol da Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: joilmaalves177@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O espanhol, também conhecido como castelhano, tem origem no final do século XV, no reino medieval de Castela. É o idioma mais falado na América do Sul e América Central, e o segundo mais falado na América do Norte, ou seja, está entre os idiomas mais falados no mundo. Durante seu desenvolvimento, a língua espanhola se tornou a segunda língua mais falada no ramo comercial e a terceira mais utilizada na internet. Segundo SILVA (2009),

Esse crescimento constante (e mundial) do interesse pelo idioma é motivado pelo fato de essa língua ter se tornado, sobretudo, a partir da última década do século XX, em uma das línguas mais importantes da atualidade. A razão da rápida e bem fundamentada difusão do idioma se dá por sua potente demografia bem como pelos investimentos direcionados à sua divulgação como, por exemplo, a criação do Instituto Cervantes, com sede em mais de 70 países.

Até o final do século XX a língua espanhola no Brasil passou dos vários momentos de inclusão e exclusão não sendo de fato garantida na grade curricular como a língua inglesa, por exemplo que já é uma língua consolidada no currículo escolar desde os primeiros projetos de educação das escolas do Brasil.

Neste trabalho abordaremos o percurso da língua espanhola como disciplina na grade curricular das escolas no Brasil, observando os períodos de valorização e desvalorização do espanhol através das reformas políticas educacionais nos documentos oficiais LDB, BNCC e leis nacionais.

As reformas políticas educacionais ao longo do tempo, trouxeram importantes reflexões acerca da valorização do ensino-aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no Brasil.

Ao aprender uma nova língua, nesse caso específico o espanhol, ocorre a interculturalidade que propicia ao estudante adquirir essa nova língua facilitando a comunicação entre os povos. (SOUZA; OLIVEIRA,2010)

Mais que estudar e se aprofundar na cultura dos países hispanos, enxergamos o ensino de espanhol como uma necessidade para a comunidade escolar no Brasil, pois o país tem relações comerciais diretas com países cujo idioma oficial é o espanhol. SILVA (2009) defende:

A relevância da língua espanhola para o mundo na atualidade bem como a posição geográfica do Brasil justifica a inclusão do ensino desse idioma no sistema educacional brasileiro. Estes fatores justificam, também, a intensificação de pesquisas na área do ensino/aprendizagem; na produção de materiais didáticos; nas relações comerciais e culturais entre o Brasil e os países hispânicos; na formação de professores desse idioma etc.

O Brasil deu um passo muito importante no tocante ao ensino de espanhol nas escolas do país com a aprovação da lei do espanhol nº 11.161/95, onde a oferta do ensino de espanhol era obrigatória, no entanto, em 2017, após o impeachment da presidenta Dilma Roussef, a lei do espanhol foi revogada com a implantação do Novo Ensino Médio, retirando a língua em questão da grade curricular da educação básica.

Para conseguir inserir o espanhol de volta no sistema de ensino, as associações de professores de ensino de espanhol têm se mobilizado para conseguir elaborar

projetos junto aos deputados, a fim de conseguir aprovação de uma lei nacional que obrigue a oferta do ensino de espanhol.

A associação dos professores de espanhol da Paraíba tem conseguido aprovar leis em vários municípios no estado, através do contato com representantes dos municípios e professores e alunos que se empenham na luta em prol do ensino de língua espanhola nos ciclos de ensino fundamental e médio.

2. BREVE PERCURSO DO ENSINO DE ESPANHOL COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA NO BRASIL: O ENSINO DE ELE NA PARAÍBA.

O autor Anselmo Guimarães (2011) destaca no texto “História do Ensino de espanhol no Brasil”, que a necessidade de preparo dos alunos para ingressarem em cursos superiores durante o século XIX trouxe a ideia de se implantar uma língua estrangeira no currículo estudantil. Inicialmente as línguas estudadas foram o francês e o inglês. O ensino de espanhol entrou no currículo escolar do Brasil, após o governo do Uruguai ter criado uma cadeira para ensino de português. Em reconhecimento, o Colégio Pedro II, RJ o qual foi criado para ser referência em ensino no Brasil, abriu o concurso para ocupação da primeira cadeira de espanhol em janeiro de 1919. Porém o ensino de espanhol durou apenas de 1919 a 1925, após a Lei Rocha Vaz, que tornou o espanhol, bem como o italiano, como línguas facultativas. Assim o primeiro professor que ocupara a cadeira de espanhol, Antenor Nascentes (1886-1972), passou a ocupar uma cadeira de português, visto que o ensino de espanhol foi temporariamente extinto. Quase meia década após a extinção da cadeira de espanhol, o currículo escolar passou por mais uma alteração através do Decreto Federal onde nas aulas de ensino de língua estrangeira, passaram a ser ministradas aulas de literatura.

No ano 1929, o Decreto Federal nº 18.564, fez uma alteração no currículo escolar trazendo agora o ensino da literatura espanhola no Colégio Pedro II, porém o ensino de Literatura tornou-se independente do ensino de língua. Assim, eram ministrados nas aulas da disciplina de “Literatura”: literatura inglesa, francesa, grega, latina, italiana, provençal, espanhola, portuguesa, alemã (Guimarães, 2011, p.3).

A Língua espanhola voltou a ser ofertada no currículo escolar através da Reforma Capanema no ano 1942, promovida por Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde na época do governo de Getúlio Vargas (1930-1945).

[...] o ministro Gustavo Capanema instituiu a Lei orgânica do ensino secundário, mediante Decreto-lei 4.244, de 9 de abril de 1942. Este Decreto reformou o ensino secundário, que passou a ter como objetivos “formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes”, “acentuar a elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística” e “dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados de formação especial” (Guimarães, 2011 p.4).

Com esta reforma tornou-se obrigatório o ensino de inglês, latim, e francês, nos anos finais da educação básica; francês, inglês e espanhol nos anos que correspondem ao ensino fundamental e latim e grego no curso clássico. Porém a obrigatoriedade de inclusão das línguas acima citadas não durou muito pois com as constantes reformas educacionais, os Estados passaram a ter autonomia para

decidir qual língua estrangeira seria ofertada na escola. Desse modo, a língua inglesa ficou como disciplina obrigatória com o argumento de que o inglês é a língua mais falada no mundo.

O espanhol, como segunda língua estrangeira, optativa, a ser estudada nas escolas, ficou com uma carga horária mínima, tornando-se irrelevante. Para Ensino Fundamental do II, que atualmente corresponde do 6º ao 9º ano, o ensino de LE era facultativo, ficando a critério da comunidade escolar incluir ou não o espanhol nesse ciclo. Que na maioria das escolas, não foi inclusa.

Esse modelo de ensino durou até o ano 1961. Com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que não traz a importância e obrigatoriedade do estudo de língua estrangeira no currículo escolar. Em 1971 houve uma nova alteração na LDB, porém sem novidades para a oferta do ensino de língua estrangeira nas escolas do país.

Entre os anos 1961 e 1996, ano em que houve a publicação da NOVA LDB, o ensino de espanhol só era oferecido nas escolas de idiomas, favorecendo as pessoas com maior poder aquisitivo. A LDB de 1996 determina a inclusão de apenas uma língua moderna como obrigatória a qual era escolhida pela comunidade escolar, permanecendo a língua inglesa como língua obrigatória no currículo escolar.

O Brasil faz fronteira com sete países cuja língua oficial é o espanhol. São eles: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia e Venezuela. No entanto, atualmente, em nosso país, o ensino de língua espanhola não é ofertado em todas as escolas. Diferente da língua inglesa que é oferecida desde os anos iniciais na maioria das escolas privadas, e no Ensino Fundamental II nas escolas públicas.

O espanhol é a língua mais falada na América do Sul e América Central, e a segunda língua mais falada na América do Norte. Percebemos que é bastante contraditório o fato de o Brasil ter sete fronteiras cujos países têm como língua oficial o espanhol, além do Chile e do Equador que não têm limite geográfico com o Brasil, mas estão localizados na América do Sul. É contraditório também o fato de que no Brasil há nas universidades públicas e privadas a oferta do curso superior de Letras espanhol e na educação básica quase não existe essa oferta.

Então, surge o questionamento: o que o professor de espanhol recém-formado faz com seu diploma? Vale a pena investir em uma carreira que não tem mercado no país? O que podemos fazer, enquanto alunos, professores e futuros professores de língua espanhola para mudar essa realidade em nosso país?

Após a consolidação do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) e proximidade do Brasil com os países de população falante de língua espanhola, fez com que o deputado Atila Lira (PSDB-PI) elaborasse a Lei nº 11.161/05, cujo nome popular é Lei do espanhol, Lei esta que foi sancionada pelo então ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 05 de agosto de 2005. A partir de então o ensino de língua espanhola passou a ser obrigatório nas escolas públicas do Brasil. Lira relata que o objetivo desta Lei é evitar o domínio da língua inglesa nas escolas, visto que o inglês ainda é a língua oferecida obrigatoriamente em todas as escolas o país, e facilitar a comunicação do Brasil com os países do MERCOSUL, pois os tratados oficiais são escritos em português e espanhol.

Durante os anos 2005 e 2016 o Ministério da Educação e Cultura-MEC, forneceu gratuitamente materiais didáticos para serem utilizados nas aulas de espanhol, porém em 2016 após o impeachment da então presidenta Dilma Rouseff, o seu vice-presidente, Michel Temer, assumira o governo, que marcou grandes retrocessos para o país, principalmente para a educação e saúde.

Durante a gestão de Temer, o Brasil passou por mais uma reforma na educação. A Reforma do Ensino Médio sob a Lei nº 13.415/2017 após a aprovação e sanção dessa Lei o ensino de espanhol foi duramente prejudicado, pois a “Lei do espanhol” foi revogada e o idioma não é mais citado na grade curricular, a única língua obrigatória voltou a ser o inglês, sob o argumento de que é a língua mais falada em todo o mundo.

Mas a luta não para por aqui, ainda há muito a ser conquistado em relação ao ensino de espanhol no Brasil. Em entrevista concedida a repórter Isabel Dourado da Rádio Senado, o Senador Humberto Costa (PT-PE) faz a seguinte afirmação:

“Eu entendo que é muito importante que nós possamos adotar como língua obrigatória nas escolas brasileiras, o espanhol, em primeiro lugar porque hoje temos um espaço de integração importante, especialmente entre os países que compõem o Condesul que o MERCOSUL, inclusive com a existência do próprio parlamento do MERCOSUL. E hoje, o espanhol, sem dúvida, é uma língua importante para a integração do Brasil na América Latina como o todo.”

2.1 ATUAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES DE ENSINO DE ESPANHOL DA PARAÍBA (APEEPB)

A Associação dos professores de espanhol do estado da Paraíba (APEEPB), surgiu no dia 20 de dezembro de 1989, através de uma iniciativa da professora Dra. Marinalva Freire (UFPB), uma instituição sem fins lucrativos, com o objetivo de valorizar os cursos de espanhol e inserir a cultura hispânica no Brasil, promovendo eventos da área de língua espanhola nas escolas em parceria com a CONSEJERÍA DE EDUCACIÓN DE ESPAÑA. Além de batalhar pelo ensino da língua espanhola, a APEEPB também tem o projeto social, onde durante a pandemia contribuiu com ajuda de alimentos para refugiados venezuelanos aqui no Brasil, e também contribuiu ajudando professores de espanhol que perderam seus empregos durante a pandemia. Segundo o professor efetivo de língua espanhola do estado da Paraíba, José Felipe, a iniciativa das criações das associações de professores de espanhol, foi muito importante para o país pois, a língua espanhola passava por altos e baixos, entrando e saindo da grade curricular sem manter uma constância. Na medida que as associações passaram a promover divulgações através de eventos sobre a cultura da língua espanhola no país, foi criado um vínculo mais forte entre as pessoas que perceberam a importância de se aprender a língua nativa dos nossos vizinhos.

Vale ressaltar que além do aspecto cultural, a APEEPB também trabalhava com o incentivo da inserção de concursos públicos para cargo de espanhol nas universidades.

A APEEPB passou um tempo enfraquecida, entre os anos 2006 e 2016, sem atuação efetiva na luta do ensino de espanhol na Paraíba. Em 2016, a APEEPB foi reativada. Vejamos a seguir o relato do professor José Felipe:

“Em 2016 a APEEPB foi reativada, por questões políticas, visto que em 2016 saiu umas diretrizes curriculares do estado da Paraíba que estava indo contra a Lei nacional (11.161/2005), que é a Lei do espanhol, a qual dizia que o espanhol deveria ser ofertado no turno regular em que os estudantes estivessem matriculados. As diretrizes curriculares de 2016, diziam que o ensino de espanhol deveria ser ofertado no turno oposto ao que o estudante estaria matriculado, ou seja, se o aluno estivesse matriculado pela manhã, ele deveria retornar à escola no período da tarde para estudar espanhol. E

também para formar turma teria que matricular no mínimo 30 estudantes. Nessa época, muitos professores de língua espanhola ficaram desempregados diante da incoerência do estado mediante a Lei Nacional.”

Diante da inconsistência quanto ao ensino de espanhol na Paraíba, a APEEPB passou a lutar por aprovação de leis que oferecesse de forma obrigatória o ensino de espanhol nos municípios paraibanos, visto que seria muito difícil conseguir uma lei nacional a curto prazo, após a Reforma do Ensino Médio e revogação da Lei do espanhol. Para garantir o ensino de espanhol como segunda língua é necessário e extremamente importante a aprovação de leis e a fiscalização para que seja posta em prática e não fique apenas no papel.

Mas não basta apenas aprovar as leis. É necessário também criar o cargo de professor de língua espanhola no município, para que as aulas sejam ministradas por professores com formação específica. Para conseguir levar os projetos a diante, a associação age através de contato político, onde os representantes se reúnem com o secretário de educação do município, vereador ou com o próprio prefeito do município e apresenta o projeto bem fundamentado para que não haja dúvidas, deixando bem claro que a cidade não vai ter gastos com o cargo de professor de espanhol pois a disciplina não faz parte da BNCC, a verba virá diretamente da FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) por isso a necessidade de se criar o cargo de professor de línguas estrangeiras na cidade.

2.1.1 Lei estadual nº 11.191/2018

O estado da Paraíba dispõe da Lei 11.191/18. Em 05 de setembro de 2018, o Presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB), deputado Gervásio Maia (PSB) promulgou a lei que torna obrigatório o ensino de espanhol na rede estadual de ensino do estado da Paraíba. As associações lutam por aprovações de Leis estaduais após a revogação da Lei Nacional. A nova Lei traz em seu texto que os professores precisam ser formados em Licenciatura Plena em Letras espanhol ou Licenciatura Plena em Letras com dupla habilitação Português-espanhol, desse modo não haverá mais professores sendo remanejados para lecionarem espanhol com formação em outras disciplinas. José Felipe destaca a situação atual dos professores de espanhol:

“Em relação ao ensino de espanhol no Estado da Paraíba, estamos em uma situação bacana já que temos uma lei estadual que obriga a oferta do ensino de espanhol no Ensino Médio. Porém faltam professores de espanhol. Em todo o estado temos cerca de 52 professores concursados. Esta quantidade mudou recentemente, porque antes do ano 2019, tínhamos apenas 4 professores efetivos em todo o estado. Temos também vários professores contratados, mas ainda assim ouvimos relatos de vários professores que estão ensinando espanhol sem ter a devida formação na disciplina. É tanto que foi criada uma estratégia, pelas universidades, de oferecer um curso EAD (Educação à Distância) de dupla habilitação: português-espanhol, principalmente para favorecer esses professores que não têm a formação em língua espanhola e estão ministrando a disciplina, possam fazer essa graduação e não estar marginalizado e nem perca seu emprego por estar ministrando uma disciplina que não faz parte da sua formação.”

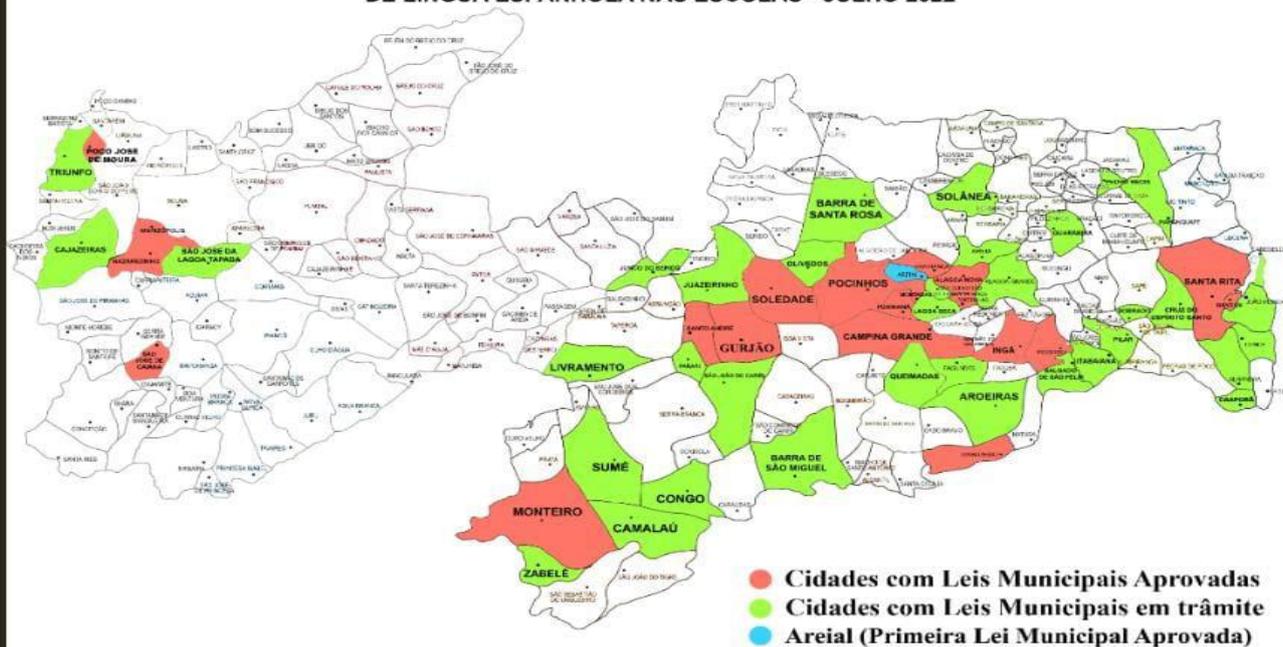
Após a Reforma do Ensino Médio e revogação da Lei 11.161/2005, ficou decidido que será retirada a prova de espanhol do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a partir de 2024, visto que não havendo mais a obrigatoriedade da oferta de espanhol no Ensino Médio, não há necessidade de se manter esta avaliação no ENEM. A exclusão do espanhol no ENEM vai prejudicar os jovens que têm baixo poder aquisitivo, porque o ensino de língua inglesa que é oferecido nas escolas não é suficiente para que se adquira a fluidez na língua, o que pode prejudicar a compreensão do texto da prova, visto que o inglês tem uma raiz linguística completamente diferente do português e do espanhol. O aluno que tem condições de pagar um curso de idiomas certamente não terá grandes dificuldades na resolução da prova e compreensão do texto em inglês. De uma certa forma, o espanhol tem uma semelhança com o português, o que torna mais familiar a compreensão para os ouvintes e leitores.

Diante da decisão de retirada do espanhol do ENEM, as associações de professores de espanhol do país, através do movimento: "Fica espanhol Brasil", têm buscado meios de reverter esta situação, por meio de contatos políticos a fim de se criar leis que retome a oferta do ensino de espanhol de maneira obrigatória nos ciclos de ensino fundamental e médio.

2.1.2 Lei do espanhol na cidade de Areial – Lei nº 321/2017

Atualmente, temos na Paraíba, 21 municípios que já tem lei onde torna o ensino de espanhol obrigatório e 34 municípios onde a lei está em trâmite.

AÇÕES DA APEEPB: LEIS MUNICIPAIS QUE GARANTEM O ENSINO DE LÍNGUA ESPANHOLA NAS ESCOLAS - JULHO 2022



Leis Municipais aprovadas em:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Areal, | <input type="checkbox"/> São José de Caiana, |
| <input type="checkbox"/> Santa Rita, | <input type="checkbox"/> Monteiro, |
| <input type="checkbox"/> Esperança, | <input type="checkbox"/> Soledade, |
| <input type="checkbox"/> Mogeiro, | <input type="checkbox"/> Pocinhos, |
| <input type="checkbox"/> Santo André, | <input type="checkbox"/> Alagoa Nova, |
| <input type="checkbox"/> Umbuzeiro, | <input type="checkbox"/> Montadas, |
| <input type="checkbox"/> Puxinanã, | <input type="checkbox"/> Nazarezinho, |
| <input type="checkbox"/> Campina Grande, | <input type="checkbox"/> Bayeux, |
| <input type="checkbox"/> Matinhas, | <input type="checkbox"/> Marizópolis |
| <input type="checkbox"/> Gurjão, | <input type="checkbox"/> Ingá. |
| <input type="checkbox"/> Poço de José de Moura, | |



Além da Lei estadual nº 11.191/18, diante desses dados percebemos que faltam professores de espanhol para atuarem no ensino da língua, visto que há professores cuja formação não é em espanhol, que ainda lecionam a disciplina. Por isso é importante a realização dos concursos públicos municipais e estaduais.

A primeira cidade paraibana a ter a lei aprovada e sancionada foi a cidade de Areial. Uma iniciativa do professor Jair Ibiapino, conseguiu a aprovação da Lei municipal Iniciativa popular nº321/2017 onde torna obrigatório o ensino de espanhol no município, no ensino fundamental II regular e na modalidade EJA (Educação Para Jovens e Adultos). Esta iniciativa ocorreu através de um abaixo-assinado elaborado pelo professor Jair. 1/3 da população da participou desta mobilização que culminou na aprovação.

O projeto foi elaborado pelo professor Ibiapino e encaminhada para a câmara da cidade, junto com as assinaturas de mais 5% do eleitorado do município, a câmara se encarregou de levar a lista para o fórum para a validação, o projeto passou pela CCJ, comissão financeira, e por fim seguiu para a votação, com aprovação unânime pelos vereadores e posteriormente sancionado pelo prefeito Adelson Gonçalves Benjamim. Assim nasceu o primeiro projeto de lei de iniciativa popular, na história da cidade de Areial.

O professor Jair Ibiapino é considerado referência na Paraíba na luta pela garantia do ensino de espanhol nas escolas da Paraíba. Graças a sua determinação e luta conseguimos a aprovação da lei para o ensino de língua espanhola na cidade de Areial. Vejamos o primeiro artigo da lei sobre a oferta da disciplina:

Art. 1o. A disciplina de Língua Espanhola fica introduzida obrigatoriamente no currículo do ensino fundamental II Regular e na modalidade EJA, da rede municipal de ensino, junto da Língua Inglesa, conforme art. 26 da LDBEN, Lei 9394/1996 e Lei Ordinária 13.415/17

§ 1º. A disciplina deverá ser dirigida as quatro séries do ensino fundamental II.

§ 2º A oferta da disciplina de Língua Espanhola ficará obrigatória no ensino fundamental II, dentro da parte diversificada do currículo.

§ 3º A disciplina de Língua Espanhola terá, no mínimo, a carga horária de duas horas-aula semanal para cada ano.

§ 4o As escolas terão que realizar um exame (Prova) de equivalência, bimestral, para alunos oriundos de outras escolas que não contemplam a disciplina de Língua Espanhola em seu currículo.

Sobre os profissionais e vagas disponíveis para docentes nas escolas, a lei traz o seguinte:

Art. 3º. Os profissionais que poderão lecionar esta disciplina deverão estar cursando no mínimo 5º período ou já serem formados em Licenciatura Plena com habilitação em Letras-Espanhol.

Art. 4º. O Prefeito constitucional do município de Areial – PB, incluirá em seus concursos públicos vindouros para professores, vagas para profissionais de Língua Espanhola.

§ 1º. As unidades educacionais deverão adaptar seu currículo e grade escolares no prazo de cento e oitenta dias a contar da data de aprovação desta lei.

A lei do ensino de espanhol em Areial foi devidamente aprovada em 25 de setembro de 2017. O município só tem a ganhar com este projeto pois, os estudantes passam a ter direito ao ensino do espanhol além da língua inglesa. Esperamos e lutamos para que este direito seja assegurado em todos os municípios da Paraíba, pois não basta apenas aprovar as leis, mas também investir nos profissionais para que as leis não fiquem apenas no papel.

3. METODOLOGIA

A proposta deste trabalho visa ressaltar o árduo caminho do ensino de língua espanhola tem percorrido no Brasil, diante da inconsistência do espanhol no cenário brasileiro. Identificamos problemas e soluções para se implantar o ensino da língua espanhola em nosso país, através do trabalho das associações de professores de espanhol na luta pela aprovação de leis que tornem obrigatório o espanhol nas escolas.

Pesquisamos opiniões de professores atuantes no ensino fundamental e médio, e concluímos que o ensino de língua espanhola é extremamente necessário no Brasil, visto que é a língua mais falada na América, o país tem relações políticas e comerciais diretas com os países hispanos, e os estudantes brasileiros carecem dessa imersão na cultura dos nossos vizinhos.

Segundo Guimarães (2011), após a inclusão do Brasil no MERCOSUL, o país passou a ter mais contato direto com países cuja língua oficial era o espanhol. Os documentos oficiais eram apresentados em língua portuguesa e espanhola, e assim percebe-se a necessidade de implantação do espanhol no Brasil.

O Brasil vem crescendo econômica e politicamente, com relações internacionais com a Espanha, acordos com países hispanófonos, principalmente depois da criação do MERCOSUL. A liderança do Brasil no tratado do MERCOSUL faz com que o Brasil tenha evidência política internacional, com amplitudes e consequências sociopolíticas. O país tem a necessidade de uma aproximação mais marcante com esses países e a língua é um instrumento de suma importância (GUIMARÃES, 2011, p. 6).

De acordo com Guimarães (2011), o ensino de língua espanhola no Brasil passou por diferentes fases com diferentes finalidades, conforme a época, novos objetivos foram inclusos no sistema de ensino. Estudar a língua espanhola é de suma importância para a formação do cidadão brasileiro, e o país tem conseguido uma importante valorização do espanhol através das entidades envolvidas nos movimentos educacionais em prol da consolidação do ensino de espanhol no Brasil.

Desse modo, verificamos que a língua espanhola passou por diferentes etapas com finalidades específicas de cada época e está se consolidando neste século como disciplina importante na formação do cidadão brasileiro. Há uma valorização crescente do ensino-aprendizagem da língua espanhola, mediante ações de diversas entidades e órgãos oficiais educação, professores e demais pessoas envolvidas com educação e cultura (GUIMARÃES, 2011 p.10).

Seguimos buscando meios de valorizar ainda mais a língua espanhola no Brasil, buscando recursos junto aos governantes para aprovar leis que garantam de fato o ensino da língua espanhola nas escolas dos municípios paraibanos e através das aprovações de novas leis, alcançar todos os municípios do país.

4. CONCLUSÃO

Concluimos que não é de hoje que o ensino de língua espanhola no país passa por altos e baixos. Há muito a ser conquistado ainda e isso só será possível com muita luta das instituições representantes dos professores de espanhol junto ao governo, pois o Brasil é cercado por países cuja língua materna é o espanhol e nada mais justo e coerente que tenhamos a oferta do ensino de espanhol até mesmo pelas relações políticas internacionais. Percebemos, através da iniciativa popular da cidade de Areial, as instituições representantes dos professores de espanhol, a comunidade escolar e a própria população de um município têm muita força na luta por aprovação de leis para garantir o ensino de espanhol no Brasil.

A língua espanhola é muito importante para a formação do cidadão brasileiro, não apenas por questões geográficas, mas também por proporcionar a oportunidade de tornar o estudante um ser imerso na cultura de países vizinhos ao seu, e consequentemente prepará-lo para um futuro bilingue ou poliglota, facilitando sua inserção no mercado de trabalho e preparo para fins acadêmicos.

E além de conseguirmos aprovação de lei que obrigue a oferta do ensino de espanhol, é necessário também que se lute por concursos públicos estaduais e municipais, pois só assim teremos, de fato, uma população “hablante” de espanhol.

Outro fator muito importante é a conscientização política, pois vimos que com a lei nacional do espanhol houve uma valorização no sistema de educação, onde eram oferecidos materiais didáticos para serem utilizados nas aulas de espanhol no Ensino Médio, nas escolas estaduais do país, em contrapartida, o governo vigente no ano 2017, durante a gestão do então presidente Michel Temer, revogou a lei que foi conquistada com tanta luta. Por isso é necessário que se conduza o aprendiz a uma reflexão de conscientização política, pois percebemos que ao longo da história o ensino de espanhol nunca foi totalmente consolidado nas reformas políticas educacionais.

Além da valorização do espanhol com criação de leis nacionais, estaduais e municipais, é imprescindível também a criação do cargo de professor de língua espanhola. Se houver criação de cargos de professores de espanhol nos municípios e estes forem ocupados por professores capacitados, com formação em curso superior de Letras espanhol, estes não passarão pelo processo de marginalização, pois até pouco tempo atrás, o professor com formação em língua espanhola, foi simplesmente descartado pelo sistema, a partir do momento em que o governo não enxerga o espanhol como uma disciplina necessária para o currículo do estudante brasileiro, acabando com a lei nacional do espanhol.

E ao contrário do que o sistema prega, não é a língua inglesa, a língua mais necessária a ser estudada como língua adicional por ser a língua mais falada do mundo; por questões políticas, comerciais, culturais e geográficas, o espanhol deve ser valorizado em todos os sentidos no sistema de educação do Brasil.

REFERÊNCIAS

ATUAÇÃO DA APEEPB: Aprovação de leis municipais para garantir o ensino de espanhol nos municípios da Paraíba. Entrevistado: Professor José Felipe. Entrevistadora: Joilma Alves. WhatsApp. 15, nov. 2022. Podcast.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. Câmara aprova oferta obrigatória do ensino de espanhol. Brasília: Câmara dos Deputados. Reportagem: João Pintella Júnior. Edição: Rena Céli Assumpção. 08, jul, 2005.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucena. **Um breve comparativo entre as LDBs**. Revista Educação Pública, v. 21, nº 29, 3 de agosto de 2021. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldb>.

GUIMARÃES, A. **História do ensino de espanhol no Brasil (2011)** — Grupo de Pesquisa História do Ensino de Línguas no Brasil, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2011.

GOMES, Sandro. **Um Brasil “hablando” espanhol? O domínio do espanhol no Brasil**. APPAI, Rio de Janeiro, 11, jan, 2019. Disponível em <https://www.appai.org.br/um-brasil-hablando-espanhol/>.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete Reforma Capanema. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/reforma-capanema/>. Acesso em 20 Out 2022.

PL 3059/2021: Ensino da língua espanhola pode ser obrigatório nas escolas públicas e privadas. Entrevistado: Sen. Humberto Costa. Entrevistadora: Isabel Dourado. Rádio senado. 03, set. 2021. Podcast. Disponível em: www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/09/03/ensino-da-lingua-espanhola-pode-ser-obrigatorio-nas-escolas-publicas-e-privadas.

PROJETO de lei de iniciativa popular é aprovado na Câmara e município irá oficializar a língua espanhola na rede de ensino. Prefeitura de Areial, 2017. Disponível em <http://areial.pb.gov.br/portal/projeto-de-lei-de-iniciativa-popular-e-aprovado-na-camara-e-municipio-ira-oficializar-a-lingua-espanhola-na-rede-de-ensino/>.

SILVA, Odair L. Espanhol: língua do presente, língua do futuro. Jornal 81- Abril 2009. Disponível em <http://www.jornal.uem.br>. Acesso em: 24 Out 2022.

SOUZA, T.Q. de; OLIVEIRA, D. da S. de. **A inclusão da língua espanhola na educação brasileira**. Universidade Estadual do Norte do Paraná. 2010.

6. AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me capacitado ao longo de todo curso. Aos amigos que estiveram do meu lado acreditando que eu seria capaz de concluir, aos meus amigos companheiros de jornada Thércio, Eloísa e Rafaela, à minha orientadora, professora Luanda Calado por toda paciência, dedicação e apoio.

Agradeço a mim mesma por ter sido resiliente quando as adversidades diziam que eu deveria desistir, e a cada dificuldade que surgia eu me renovava e subia mais um degrau e mais um e mais um...

Concluir o curso de Letras espanhol foi uma superação e a realização de um sonho. Só gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuíram para este resultado.

5. ANEXOS

Anexo 1 – Entrevista com o professor José Felipe

Entrevista com o professor José Felipe.

Pesquisadora: Em que ano surgiu a APEEPB?

Professor: A APEEPB surgiu no ano 1989, através da iniciativa da Professora Marinalva, com o intuito de trazer a cultura hispânica para o Brasil.

Pesquisadora: Qual o papel dos associados quanto ao trabalho de valorização do ensino da língua espanhola no Brasil?

Professor: No início da associação o objetivo era trazer a cultura para o país, posteriormente, em 2016, a associação que estava desativada, foi reativada com o intuito de valorizar o ensino de espanhol no estado da paraíba, visto que em 2016, saíram algumas diretrizes estaduais que dificultavam o ensino da língua espanhola no Ensino Médio. Os sócios da APEEPB atuam diretamente fazendo contatos com representantes políticos dos municípios, a fim de conseguir aprovação de leis que garantam o ensino de língua espanhola nas escolas.

Pesquisadora: A APEEPB tem parceria com outros estados?

Professor: Sim. A APEEPB fez o projeto da Lei estadual Nº e conseguiu que a mesma fosse aprovada. Após a aprovação, compartilhamos o texto da lei com outros estados para incentivo e apoio as outras associações, para conseguirmos mais aprovação em outros estados. Atualmente já temos lei estadual aprovada no Rio de Janeiro, Paraíba, Amazonas, Rondônia, Rio Grande do Sul, Pará e no Distrito Federal. Então percebemos que a parceria entre as associações é muito eficaz para a aprovação de leis.

Pesquisadora: Quantos professores efetivos de espanhol temos atualmente no estado da Paraíba? A APEEPB tem lutado pela realização de concurso público?

Professor: Temos a lei estadual que obriga o ensino da língua espanhola no estado, sendo assim é necessário que haja professores licenciados em espanhol para ministrarem as aulas. Temos hoje, cerca de 52 professores concursados. Essa conquista veio no último concurso, realizado em 2019. Antes, tínhamos apenas 4 professores efetivos no estado. Temos também vários professores contratados, mas ainda tem professores que não tem a formação em língua espanhola e estão ensinando a disciplina.

Pesquisadora: Quantas cidades da Paraíba já tem lei do ensino de espanhol sancionada?

Professor: Temos 21 cidades cujas leis municipais já foram aprovadas, no entanto em algumas destas cidades ainda não foi criado o cargo de professor de língua espanhola. Há também por volta de 50 cidades cujas leis estão em trâmite. Esta informação está disponível no site oficial da APEEPB.

